



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA COLEGIADA

ATA Nº 09 DA DIRETORIA COLEGIADA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2025.

No dia **27 de março de 2025**, das 8h30 às 11h30, reuniram-se os seguintes membros da Diretoria Colegiada: a Presidenta, Sr.^a **Joenia Wapichana**, a Diretora de Administração e Gestão, Sr.^a **Mislene Metchacuna Martins Mendes**; a Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Sr.^a **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**, a Diretora de Proteção Territorial, Sr.^a **Maria Janete Albuquerque de Carvalho**; assim como, na condição de convidados (sem direito à voto), a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica Substituta, Sra. **Jane Costa Chaves**, a Chefe de Gabinete da Presidência, Sr.^a **Marinete Cadete da Silva**, a Assessora Técnica da Presidência, Sr.^a **Patrícia Sommer** e o Corregedor da Funai, Sr. Rutenes Fernandes.

ASSUNTOS SUBMETIDOS À DIRETORIA COLEGIADA:

1. CORREGEDORIA

1.1. O Corregedor expõe aos membros que a Corregedoria da Funai foi avaliada como Nível 2 no ciclo de avaliação da maturidade correcional, realizado pela Controladoria-Geral da União/CGU, em fevereiro deste ano. Destaca que este reconhecimento coloca a CORREG entre as 31 unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal/SisCor a atingir esse nível. Com isso, passa a utilizar o selo de Unidade de Correição Instituída/UCI. Informa, também, que próxima avaliação está prevista para o segundo semestre de 2026, quando a CORREG buscará alcançar o nível 3.

1.2. Continua informando que além de alcançar o nível 2 de Maturidade Correcional, a Correg/Funai obteve, por parte da CGU, o reconhecimento de uma boa prática de gestão em Corregedorias com a apresentação de um modelo automatizado de fluxo de atividades para organizar os processos na unidade. Esta boa prática foi reconhecida para o macroprocesso ou KPA 2.1 - A8, o qual estabelece controles e prazos para apreciação da conclusão dos procedimentos correccionais investigativos e do juízo de admissibilidade, ou seja, dos processos a serem admitidos para análise correcional, bem como para a adoção dos encaminhamentos propostos.

1.3. Ressalta que a efetividade e praticidade dessa automatização fez com que fosse possível ampliar o modelo para os outros setores da CORREG, de modo a contemplar todas as fases da atividade correcional, desde o recebimento da denúncia, passando pela designação das comissões disciplinares, instauração e monitoramento dos processos até o julgamento.

1.4. Por fim, solicita que seja agendada uma reunião do colegiado para tratar do assunto em tela, sendo uma exigência da CGU para que a CORREG permaneça no nível 2 e alcance o nível 3.

1.5. Sobre o assunto, a Presidenta solicita que seja encaminhada uma proposta por escrito à DIRCOL, para conhecimento do Colegiado e agendamento de reunião.

1.6. À CORREG para providências subsequentes.

2. PROCESSO N.º 08620.013926/2023-74 - PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

2.1. Os membros da Diretoria Colegiada enfatizaram que a solicitação para a constituição do Grupo de Trabalho (GT) teve como objetivo central subsidiar a alta gestão da Funai na tomada de decisão sobre a necessidade, ou não, de promover a reestruturação institucional. Esse GT foi composto de forma

ampla e representativa, contando com a participação de representantes indígenas indicados por organizações com abrangência regional, entidades de servidores, representantes das unidades descentralizadas, das diretorias e da Presidência da Funai, além de representantes do Ministério dos Povos Indígenas. Ressaltou-se que os trabalhos do GT foram conduzidos com foco no fortalecimento institucional da Funai, buscando aprimorar as entregas à sua missão finalística — a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas —, independentemente de fatores externos, como ações judiciais ou decisões advindas de ADPFs.

2.2. Com isso, a proposta apresentada pelo GT reflete as necessidades reais da Funai, partindo de uma construção baseada em uma estrutura considerada ideal para o cumprimento de sua missão institucional. De acordo com os estudos realizados, além dos **819,86 pontos** de funções previstos na estrutura então vigente, seriam necessários mais **716,74 pontos** para atender às demandas atuais e futuras. Destaca-se que, à época dos trabalhos, não houve por parte do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) a definição de qualquer teto quantitativo que limitasse ou orientasse os trabalhos do GT. Ressalta-se, ainda, que a quantidade de pontos da estrutura atual foi atualizada para **828,01**, em razão da edição da **Medida Provisória nº 1.286/2024**.

2.3. A Diretoria Colegiada destacou que, após diversas tratativas no âmbito do governo federal, e em face das determinações impostas pelas ADPFs e outras ações judiciais em tramitação, o MGI informou sobre a disponibilização de **200 CCEs unitários**, vinculando essa concessão à necessidade de a Funai adequar sua proposta de reestruturação a esse quantitativo. Tal definição decorre da urgência no atendimento das decisões do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, especialmente no que se refere à proteção dos povos indígenas em situação de vulnerabilidade, com foco nas determinações das ADPFs **709, 760, 991 e 1059**.

2.4. Diante desse cenário, e após reanálise detalhada da proposta elaborada pelo GT, a Diretoria Colegiada deliberou pela necessidade de realizar os ajustes necessários para adequação dos **200 pontos concedidos**, priorizando as estruturas diretamente relacionadas à execução das ações determinadas pelas referidas ADPFs. Com os ajustes, a proposta de estrutura da Funai totaliza **1.080,79 pontos**, considerando tanto os pontos atuais quanto os adicionais propostos..

2.5. Por fim, a Diretoria Colegiada deliberou que, além dos **200 pontos concedidos**, é imprescindível a ampliação de mais **52,78 pontos**, de modo a viabilizar plenamente a proposta de reestruturação institucional, garantindo as condições necessárias para que a Funai cumpra adequadamente suas funções. A solicitação deverá ser formalizada junto ao MGI, devidamente acompanhada das justificativas técnicas e institucionais que demonstram a essencialidade desse reforço.

2.6. À DAGES para providências subsequentes.

Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a 09ª Reunião da Diretoria Colegiada da FUNAI de 2025. Estes foram os termos da reunião, ocorrida em 27 de março de 2025. Encaminhe-se para assinatura dos membros da Diretoria Colegiada.

JOENIA WAPICHANA
PRESIDENTA

LUCIA ALBERTA ANDRADE
DE OLIVEIRA
DIRETORA DPDS

MARIA JANETE ALBUQUERQUE
DE CARVALHO
DIRETORA DPT

MISLENE METCHACUNA
MARTINS MENDES
DIRETORA DAGES

Brasília - DF, 27 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**, Diretor(a), em 10/08/2025, às 22:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mislene Metchacuna Martins Mendes, Diretor(a)**, em 19/08/2025, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretor(a)**, em 21/08/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente**, em 27/08/2025, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8407659** e o código CRC **19B30617**.
